

## I. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTAIS

### 1. ESTILO PROPRIO DE ESTUDO EM UM PLANO UNIVERSITARIO



retendermos falar em problemas de estudo e ensino universitário, impõe-se que assentemos as considerações que vamos fazer numa conceção de Universidade.

Em tudo que vai seguir-se consideraremos a Universidade como uma Instituição de docentes e discentes que, através de um trabalho de colaboração ~~operativa~~ <sup>team</sup>, que desempenhar dentro da sua esfera de acção as seguintes funções específicas, como assinalam as conclusões do XIX Congresso da Pax Romana reunido em Madrid em 1945:

- a)- Formar uma mentalidade científica, um sentido crítico e hábitos de trabalho <sup>de</sup> todo que a ciência exige
- b)- Dar as bases necessárias para uma competência profissional
- c)- Desenvolver a investigação
- d)- Formar o sentido da responsabilidade própria, da responsabilidade perante a sociedade e da responsabilidade perante Deus.

Da definição que demos de Universidade resulta que nesta forma de ensino superior se exige por parte do universitário um esforço activo na aquisição do saber.

Enquanto aluno de Curso Médio, o estudo limitava-se a uma forma aquisitiva de conhecimentos e o que mais importava era que esses conhecimentos ficassem retidos de memória; num curso superior

or, algo de diferente se exige. Para o universitário, estudar não é fixar; o universitário tem que criar um processo de estudo criar hábitos de vida intelectual e isso é, sem dúvida, bem mais importante do que a simples retenção dos conhecimentos,

Ser universitário é uma qualidade que se adquire, <sup>legalizar</sup> não uma situação que se pode, graças a ~~maiores~~ <sup>burocráticas</sup> formalidades ~~de escrivão~~ como diria o Prof. Delfim Santos,

Importa pois, fazer distinção entre estas duas categorias de alunos: uns - escolares e outros - estudantes, porque uns e outros têm, certamente, comportamentos diversos,. O escolar procura um saber " feito ", o estudante, pelo contrário, tem de trabalhar para ir ele próprio ao encontro do saber e, portanto o seu estudo é esforço progressivo na aquisição do conhecimento,.

Se assim é, ser estudante pressupõe a existência de uma vocação vocação especial, uma vocação que, como todas as outras, é a resposta a um chamamento. E se como diz o Pad. Sertillange " a Vocation é qualquer coisa que está inscrita nos nossos sentidos, nas nossas aptidões naturais em um não sei que entusiasmo interior sujeito ao exame da razão ", e se a Vocation pressupõe sempre um conjunto de qualidades que permitam realizá-la, é evidente que aquele que foi escolhido para o caminho do saber, para o campo que a inteligência tem um papel preponderante importa reconhecer ~~qualidades~~ <sup>em</sup> especiais:

- um amor à verdade, audacioso e forte que o lance na sua descoberta ~~ou seja desvendar~~;
- um <sup>senso</sup> ~~júri~~ crítico e <sup>uma</sup> agudeza de espírito necessários para distinguir o erro da verdade e, ~~sinteticamente, uma capacidade~~ tal que lhe permita integrar os conhecimentos - uma capacidade de discernimento parciais num todo harmonioso, numa síntese cultural;

e, ainda





2  
3  
qualidades morais que assegurem que ele está disposto a voltar-se ao serviço dos outros, servindo-lhes de guia, de orientador, de chefe.

Quando falamos em descoberta da Verdade, não pretendímos referir-nos à descoberta de novos caminhos ou de novas leis; ~~isso poderia ser uma iniciativa estatal ou tentar~~, quisemos referir-nos a uma certa iniciativa naquisição do saber, aquilo a que o professor Pai-va Boleo, chamou "pessoalidade" no estudo, ou seja, uma capacidade de assimilação pessoal daquilo que se leu ou que de qualquer modo chegou até nós. Neste sentido, não têm amor à verdade aqueles que se limitam ao estudo por compêndio ou sebenta, tão pouco aqueles que colhem uma ideia aqui, outra ali, convencidos que irão aparentar um vasto campo de conhecimentos, ou seja aqueles alunos a que o citado professor chamou de acerzidura.

O verdadeiro universitário reconhece-se por um desejo grande de saber, por um entusiasmo e vigor na procura de tudo o que possa contribuir para o conhecimento da verdade. Para isso tenta todos os meios e não se serve apenas daquelas práticas que a rotina consagrou por mais cômodas; não se limita também a obras de segunda ou terceira categoria, mas busca beber nas fontas. Procura pensar, refletir e fazer "seu" o que aprende.

Este <sup>tip</sup> de aluno é o estudante e, é evidente, que numa Universidade autêntica só existem estudantes,

4  
Português

Vejamos agora o que se passa em relação à Universidade actual  
*deparamos com uns*  
Olhando em redor *vemos que a maioria* não tem sequer consciência *da sua missão de universitários.* A maior parte faz da Universidade a continuação do ensino médio e assim se justifica o apego muito maior ao livro de texto, à sebenta, ao trabalho de simples retenção de memória, ~~massas~~ e preparação imediata de exame do que apego aos métodos de trabalho e estímulo das qualidades. Daf que se tomem como certos todos os pontos de vista dos professores e se procure repeti-los <sup>em</sup> nos exames, por forma a agradar ao professor respectivo, daf que o consultar de bibliografia seja feito apenas por obrigação, quando o exige o exame de determinada cadeira, daf que o apresentar trabalhos não obrigatórios seja obra de raríssimas exceções; <sup>de tantos</sup> outros indices que se podem comprovar através de inquéritos.

Ver mapa nº 1, 2 e 3

## Fundação Cuidar o Futuro

Perante o que acabamos de analisar uma pergunta se levanta:  
A quem cabe a responsabilidade?

Diz o Prof. Bensaude, e queremos acreditar-lhe: "o aluno português não é menos esperto que os seus colegas estrangeiros e as deficiências que se notam no seu rendimento como universitário, devem imputar-se a um sistema de educação essencialmente verbalista que vem já do ensino secundário."

Com efeito, o aluno faz as últimas provas do liceu e entra na Universidade por razões que nem sempre são a expressão de uma vocação intelectual, convencido que lhe interessa muito mais obter um "canudo" ou a curtoprazo um diploma de exame do que conseguir uma preparação séria, consciente que lhe permita tornar-se um valor. Ver quadro n.º 4



5

A Universidade contemporânea, desde logo na formação que pretende dar ao universitário, com um dado negativo e assim a sua primeira acção terá que ser um contrabalançar de tendências com que se apresentam aquelas que vão procurar o ensino ~~universitário~~.

Por outro lado, a Universidade também não foge a este ensino verbalista, ao ensino da imagem; continua, como diria o economista Tucken, apegada ao mapa em vez de estudar o terreno.

Acontece assim que vamos encontrar no ensino superior professores que fazem as suas lições, lendo por livro de texto ou, o que é pior, ditando apontamentos e, depois se satisfazem e concedem passagem aqueles dos alunos que mostrarem ~~saber~~ <sup>ter decorado</sup> os ensinamentos expostos. Cite-se também o caso não raro, de, em certas aulas, o programa respectivo não ser conhecido pelos alunos. Como se há-de fazer um estudo universitário, se o aluno não sabe qual o caminho a seguir? não tem outros elementos para consulta, senão aquilo que o professor diz nos 50 minutos de cada aula? Além da desorganização que isto provoca em quem gosta de traçar logo no inicio do ano um programa de estudo, acresce ainda o factor psicológico, não menos importante. Daí a queixa, por vezes angustiante, daqueles que estudam e não sabem bem quê...

Ver quadro nº 5



## II. PROBLEMAS PREVIOS DO ENSINO UNIVERSITARIO

### a)- Admissão à Universidade

Cada ano, acorrem à Universidade, em massa, a maior parte dos ~~aqueles~~ que acabam o curso médio. Isto é um facto. Ver mapa nº 6

Uns apresentam-se com uma média X, condição necessária e suficiente para que se ingressasse, sem mais na Universidade; outros ~~alcançaram~~  
~~não atingiram~~ a média ~~atingida~~<sup>edigida</sup> e sujeitam-se a uns provas de admissão.

Primeira pergunta:

Todos os que atingiram ~~a~~<sup>a</sup> média <sup>esta tabela</sup> terão qualidades de universitários?

Responder com afirmativa era contrariar tudo quanto dissemos, era admitir que podíamos medir uma situação - escolar, e uma outra - estudiante, pela mesma escala de valores. Ora, uma ~~média~~<sup>nota</sup> elevada, obtida com fundamento em provas de escolaridade constitue, é certo, um índice, mas apenas um, da valorização do aluno. Sem dúvida na maioria dos casos essa média garante ~~que~~<sup>o</sup> o minimo de conhecimentos ~~que~~<sup>a</sup> ~~exige~~<sup>que</sup> exigir a ~~que~~<sup>que</sup> pretende frequentar um Curso Superior. Mas importa ir mais além e avaliar da capacidade de trabalho do novo aluno, do seu grau de inteligência, das suas qualidades morais - porque o exame de admissão ~~deve~~<sup>deve</sup> permitir o acesso <sup>a todos os</sup> ~~que~~<sup>que</sup> têm uma vocação intelectual <sup>mas</sup> só a ~~entre~~<sup>entre</sup> eles.

De como não é uma média X condição suficiente para ingresso numa escola de ensino superior, cite-se o que se passou com o movimento de entradas e conclusões de curso dos alunos do





7  
I.S.T. no período de 1937 - 1938 a 1951-1952. Ver quadro nº 7

Os dados anteriores ~~permitem~~ referem-se ao ingresso de novos alunos podem ser representados por uma curva, com um ~~máximo~~ <sup>783</sup> bem evidenciado, no ano de 1945 a 1946. Este ~~extremo~~ <sup>máximo</sup> justifica-se por ~~que~~ <sup>uma</sup> disposição legal que autorizou a entrada naquele Instituto, sem exame de admissão, dos alunos que apresentassem uma média superior a 14.

Pois bem; acompanhando o movimento das conclusões do curso, se é lógico esperar ~~que~~ <sup>um aumento</sup> em 1951-1952, ~~o que se verifica~~ <sup>proporcional ao aumento nas entradas</sup> das 6 anos antes. Os ~~mesmos~~ <sup>números</sup> provam, porém, que assim não aconteceu.

Mais sugestivo, embora sujeito a maiores erros, é a comparação das percentagens ~~de aprovação~~ <sup>de aprovação</sup> entre os resultados da ~~ultimo~~ <sup>última</sup> turma e as anteriores.

Todas elas se mantêm, como se poderá analizar, superiores a 50%, com exceção para aquele curso de 1945-1946 a 1951-1952 em que desce ~~para~~ para 23%.

Este ~~exemplo~~ <sup>exemplo</sup> é suficientemente sugestivo para dispensar comentários.

Queremos nós, com isto, significar que pretendemos exigir ~~um exame de admissão~~ <sup>seja obrigatório</sup> para todos os universitários. ~~um exame de admissão?~~

E do conhecimento de todos que os exames, ou escritos ou orais, incidem sobre algumas matérias consideradas fundamentais para o curso, por eles se pode avaliar — se dois ou três dias de provas ~~acaso~~ permitem — o grau de conhecimentos do aluno. Continuamos com o sistema de provas repetidas, provas de escolaridade, não de aptidão universitária.

A resposta a esta pergunta dependerá de que concluirmos de duas novas interrogações:

- O que pretendemos medir com provas prestadas ~~auxiliarem~~ no limiar da Universidade?
- Haverá provas eficientes para avaliar do grau de aproximação de cada candidato ao nosso modelo; por outras palavras, um exame de admissão será uma medida capaz de traduzir com um mínimo de rigor o fim em vista?

Quanto à primeira já dissemos o bastante - o exame de admissão deve visar antes as qualidades para o ensino superior do que o grau de enciclopedismo do novo aluno, ~~desenvolvimento~~ <sup>dirigir-se predominantemente à capacidade para o trabalho intelectual, deve</sup> acusem ex-post menor margem de erro.

No aspecto teórico quase todos os autores estão de acordo. Disse por exemplo no Regulamento da Faculdade de Direito (que, aliás não está em vigor nesta parte): "nenhum aluno poderá ser matriculado no primeiro ano das faculdades de Direito sem exame de admissão que consistirá de provas escritas e orais destinadas sobretudo a apreciar o grau de desenvolvimento de espirito do candidato". Por este diploma ~~é~~ bocega-se a tendência ~~mais~~ principios que expusemos, no sentido de se procurar saber das qualidades do candidato e não sómente dos seus conhecimentos acumulados

<sup>28</sup> Com ~~essa~~ finalidade, as provas de admissão não só se justificam, como devem tornar-se ~~obrigatórias~~ <sup>para os</sup> ~~para todos os~~ todos os novos alunos e qualquer que seja a média obtida no ensino secundário. Teríamos assim uma primeira escolha daqueles que se apresentam na Universidade e que - os resultados estão à vista - estão longe de possuir qualidades de universitários.

Resta responder à Segunda questão:

Na forma actual, (será quase absurdo dizer-lhe tão evidente se patenteia a realidade!) as provas de admissão não satisfazem, nem de longe, ao fim que lhe assinalámos. Quando outros indices não tivessemos, servir-nos-iam os resultados obtidos nos exames de admissão tal como eles se realizam.

Vimos já que grande parte dos que acabam o ensino médio procuram transitar pa-



Nº

ra a Universidade. A Universidade por seu lado, concorda tacitamente com este procedimento e assim é que nos exames de admissão as percentagens de aprovações são muitíssimo elevadas. Ver quadro nº. 3

A percentagem das aprovações em exames de admissão foi em Coimbra 67%, em Lisboa 70%, no Porto 85%. Estes são ~~os~~ interpretados. Juntemos agora os que foram dispensados de ~~este~~ examen de admissão e ficaremos de posse de um número elevado de alunos, cuja vocação intelectual não está de forma alguma assegurada. Daí o "falhar" com que se depara a cada passo, e, <sup>facto</sup> ~~isso~~ importante, uns falharam, porque não tinham realmente aptidões, outros porque embora com qualidades latentes perderam-se na grande massa por não encontrarem ambiente propício a um desabrochamento. Mais há aqueles que uma vez tendo ingressado num curso superior querem diplomar-se e, <sup>que</sup> vivem em boas condições económicas, entram em regime de insistência e levam 8, 10 anos a tirar um curso de 4 ou 5; tiram-no, por fim, <sup>não</sup> porque tenha surgido para eles na última hora, uma vocação universitária, mas, porque em regime de provas repetidas a probabilidade de êxito é maior.

Numa altura de superpopulação universitária o problema tem particular aguidade, porque a Universidade, agora como nunca, em que tantos valores se encontram invertidos, tem o dever de estar atenta a que o recrutamento de novos elementos se fundamente numa pureza e rigor de critérios com outra base que não seja a capacidade pessoal do novo aluno.

Procuremos seguidamente esboçar algumas técnicas já experimentadas, simples sugestões do que poderia tentar-se nesta matéria. Com elas pretendemos mais lançar a inquietude, despertar interesses a quem tenha competência neste campo do que formular um critério pessoal de selecção pré-universitária, para o que não nos sentimos com capacidade. Vemos o problema, adivinhamos a sua transcendência... quanto a soluções, acreditamos que existem ...

Como é fácil super o problema não é específico da Universidade portuguesa e acontece mesmo que em algumas Universidades estrangeiras se entrou já na emperiên-



*M*  
cia de novas técnicas de selecção. Serão essas tentativas que iremos citar, baseando-nos num livro do professor Emile Planchard, da Universidade de Coimbra.

Começaremos pela experiência do Prof. Nuttin da Universidade de ~~Coimbra~~, e que?

~~Novo critério de classificação~~ incidiu sobre estudantes de Direito e Medicina.

O autor pretendia averiguar se alguma vez havia existido paralelismo entre os resultados obtidos no ensino secundário. Pondo de lado os factores que influiram para o critério adotado entre a carreira do estudante na Universidade e seu comportamento escolar anterior. Para isso ordenou os alunos em 4 grupos, de acordo com as classificações obtidas no ensino secundário primeiros 25% ou seja os que constituiam o grupo dos alunos menos classificados e verificou o seguinte:  
- do grupo dos menos classificados, 76% fracassaram no primeiro ano de Medicina, e 60% no primeiro ano de Direito.  
- do grupo dos mais classificados, fracassaram respetivamente 28% e 25% respectivamente. Segue-se que os resultados no ensino secundário não são elemento ~~importante~~ a considerar nunca determinante único do ingresso na Universidade, pois a percentagem de reprovações é bastante elevada no grupo dos melhores alunos do ensino secundário.

O Prof. Nuttin para aperfeiçoar este critério sugeriu os mesmos alunos a um teste de inteligência com base em 3 elementos: a)- compreensão exacta e precisa de diversos tipos de textos científicos, b)- rigor lógico de conclusões a tirar de premissas dadas, c)- descoberta de princípios gerais a partir de um série de dados.

Conjugando estes resultados com as classificações do ensino secundário consegue eliminar-se grande margem de erro. Por exemplo, dos 25% dos alunos de Medicina que situados no último quartil (os de mais baixa classificação) ainda conseguiam obter passagem, nenhum vence daqueles que obtiveram no teste de inteligência valor inferior à média.

Nas Universidades americanas, o critério é variável, mas em quase todas as técnicas de selecção comportam: teste de inteligência geral, b)- testes de instrução



c)- resultados escolares anteriores, d)-apreciação dos professores, e)-imagens aparentes da sua personalidade, f)-aptidões especiais para música, desenho ou mecânica, g)-interesses predominantes, etc..

Outras Universidades, entre elas a de Harvard, insistem nas qualidades de caráter.

Na Bélgica foi há anos organizada uma comissão para estudar o problema. Do projeto elaborado por esta comissão figura como obrigatório ~~existe~~ um exame de maturidade que consiste de resumo e critica de uma palestra de 20 minutos. Tal exame baseia-se, na opinião do Prof. Emile Planchard no sistema de provas que a Fundação Universitária, (Instituição análoga ao nosso I.A.C.), exige para os candidatos a bolsas de estudo ou empregos. ~~resumos e comentários~~

Resumiremos, por último, uma experiência feita pelo Prof. Emile Planchard em Coimbra. A experiência incidiu sobre um grupo de 118 alunos ordinários no Curso de Pedagogias. O autor submeteu estes alunos a uma prova que, em seu entender, requeria para ser vencida qualidades de espírito indispensáveis para frequentar um Curso Superior. A prova compunha-se de: 1º) parte de test de compreensão verbal abstrata de Bonnariel; prova de leitura alemã de trechos de filósofos a resumir em uma das frases-tipo indicadas; 2º prova de cultura histórico-filosófica. Com os resultados do test de Bonnardelvois as outras provas, por circunstâncias várias não deram resultados satisfatórios; o autor pode observar uma diferença nítida entre a média dos que tiveram a frequência do ensino superior e dos que tinham vindo directamente dos liceus

(Média era para os primeiros 26,2 e para os segundos 17,5). Confrontando, no fim do ano, os resultados do test com as classificações nos exames das suas cadeiras pôde observar um estreito paralelismo e concluir pelo valor prognóstico que o test de compreensão verbal apresenta em relação às cadeiras do Curso de Pedagogicas.

Das experiências citadas se intolha um vasto campo não explorado, mas com possibilidade de nos fornecer ~~novos~~ critérios mais rigorosos de seleção pré-universitária num futuro mais ou menos próximo - muito depende do esforço que pussemos na obra.



candidato e, não somente, dos seus conhecimentos acumulados.

Com esta finalidade, as provas de admissão, não só se justificavam, como deveriam tornar-se obrigatórias para todos os novos alunos e qualquer que fosse a média obtida no ensino secundário.

Teríamos assim, digamos, uma primeira escolha daqueles que se apresentam na Universidade e que - os resultados estão à vista - estão longe de possuir qualidades de universitários.

O facto da selecção se fazer logo nas entradas traz vantagens sem dúvida. Em primeiro lugar, o facto de existirem turmas enormes no primeiro ano exclui toda a possibilidade de um professor conhecer os seus alunos e orientá-los, quando era, exactamente, nesses primeiros tempos de Universidade, quando há uma capacidade de grande adaptação, quando se vão fixar as raízes mais fundas que o novo aluno deveria ser orientado por um caminho de trabalho e de consciência da sua missão.

## Fundação Cuidar o Futuro

### b)- Selecção ao longo do Curso

Não termina, com um critério rigoroso de admissão, o problema do aproveitamento daqueles que são de facto valores ou, melhor, apresentam condições para vir a sê-lo. O problema continua a por que ao longo dos anos onde o critério de escolha será, certamente, cada vez mais apertado.

Importa que se exija de cada um o seu máximo e, mais, importa que cada um seja orientado no seu melhor caminho.

Para mim que isto é ainda tarefa da Universidade.

Geralmente, quando falamos em seleccionar, surge logo a ideia de reprovação, venos apenas que seleccionar é eliminar os menos fortes, mas, talvez, que devemos dar a esta palavra um significado mais amplo. Seleccionar querer também dizer escolher para deter-



*14*  
minado lugar, para determinado fim.

Não é verdade que um universitário poderá não ter qualidades para investigador, no sentido rigoroso da palavra, e, no entanto, dar provas de um futuro profissional consciente e competente?

E, dentro de um mesmo Curso, não haverá maior tendência para um ramo de conhecimentos do que para outro?

Por que não aproveitar-se estas tendências naturais, estimulá-las, orientá-las?

Até aqui, e, por dados que nos chegaram através de inquéritos, vimos que os meios de apreciação se resumem, na grande maioria dos casos, aos exames de frequência, havendo até ~~algumas~~ escolas em que há apenas uma única prestação de provas. Ver quadro nº. 9

Aparecem já alguns professores que exigem de seus alunos a apresentação de trabalhos pessoais, não obstante, continua a predominar grandemente o sistema de exame e assim, um aluno é classificado, com boa ou má nota, conforme se soube desembaraçar - é o termo - melhor ou pior de umas tantas questões que na altura lhe foram postas.

Não falando já das fraudes que se cometem em exames, desde a utilização sistemática da cábula até o uso e abuso vergonhoso do atestado médico comprovativo de doença falsa, com vista ao adiamento da prova, a apedida direcionada pelos respectivos dentistas e engenheiros universitários, o exame está longe de ser, só por si, um meio honesto de comprovação das habilitações de um universitário.

~~Assim~~, Na Universidade, vimos já que o fundamental é não tanto um "armazenar" de conhecimentos, mas sim adquirir de método de trabalho e uma capacidade de laboração que permitam, mais tarde,



ao futuro intelectual o trabalhar por si no domínio da inteligência.

Ora isto comprova-se muito mais por meio de ~~desenvolver~~<sup>melhor</sup> trabalhos que se iriam exigindo ao universitário e onde ele teria que por à prova as suas qualidades de iniciativa, método, bom senso, juízo crítico; e, ~~concentrarem~~, constituiriam para ele, universitário, um valioso meio de síntese de conhecimentos, pela relação de matérias que ~~tradicionalmente~~<sup>está meio</sup> exigiriam. Por ~~esse~~<sup>metade</sup> poderia o professor prescrutar ~~apenas~~<sup>de ampla</sup> liberdade de escolha que haveria nas matérias e, ao mesmo tempo, teria oportunidade para descobrir os mais aptos.

De tudo quanto dissemos em matéria de selecção dos alunos não se conclua que excluimos o exame. Não, ele desempenha também o seu papel e constitue, quase sempre, um meio directo e relativamente cômodo de verificação. O que dissemos vinha foi que o exame não pode constituir ~~o~~<sup>um</sup> único meio de verificação, sob risco de não se avaliar das qualidades do aluno, e, ao mesmo tempo, ~~tirar ao fundo~~<sup>desencorajar</sup> o sentido da responsabilidade pelo trabalho, sugerindo-lhe pelo contrário, um apego excessivo ao exame.



### III A ORIENTAÇÃO DO ENSINO UNIVERSITÁRIO

#### 1. A colaboração como relação pedagógica típica no ensino universitário.

Quando falamos nas diferenças que existiam entre estudantes e escolares, deixámos bem patente que numa verdadeira Universidade deverá haver estudantes. Este facto implica, certamente, uma orientação típica no ensino que resulta do princípio anteriormente exposto.

O Prof. Delfim Santos escreveu em "Universitárias", do ano passado: "a relação pedagógica típica entre docentes e discentes, no ensino superior, é a colaboração. Nos outros graus de ensino não tem realmente sentido falar em colaboração, porque sobretudo interessa a receptividade do saber considerado basilar e instrumental"; mais adiante, acrescenta: "o estudo universitário é ~~prideudico~~, formador de personalidade, ou seja, exige a receptividade, fundamentante da autonomia e independência. Não é prédidetico, sim plenamente informativo".

Este sistema de colaboração pode revestir vários aspectos, desde a organização de programas em conjunto, contacto frequente entre professores e alunos, e trocas de impressões, até à forma mais perfeita de trabalho em seminário. Aquilo em que todos estão conformes é que o actual sistema em que a função docente se resume, na maioria dos casos, ao pronunciar das lições durante o número de horas da semana que vem pré-fixado nos horários não satisfaz às exigências de um ensino universitário.

É curioso verificar alguns dados fornecidos a este respeito pelos inquéritos às diferentes Comissões de Escola. Ver mapa nº. 1º das E, é curioso sobretudo destacar as notas que a propósito ~~a este~~ per-

guntas se escreveram, afirmando que os professores estão dispostos a ajudar os alunos, mas quando estes pedem ajuda. Quere dizer, a falta de colaboração que se sente no ensino universitário não se pode por forma alguma, atribuir exclusivamente aos professores, uma vez que quase todos mostram desejo de orientar os alunos, como patenteiam os citados inquéritos; não se pode também atribuir, sómente aos alunos porque estes muitas vezes não sentem sequer a falta dessa orientação, pelo simples facto de que não têm trabalhos a fazer, nem outras preocupações que não sejam conseguir média para passar num exame. E, se assim é, parece-me, que a causa da falta de convívio entre mestres e alunos se terá que procurar no próprio ambiente que não é propício a este género de trabalho.

Tudo quanto até agora se fez nesta matéria tem se resumido em esforços isolados que, ~~não geram~~<sup>ombro de louvar,</sup> não pesam na modificação do ambiente.

Há iniciativas interessantes.

Cite-se, por exemplo, o caso de um professor da Faculdade de Direito de Lisboa que reserva uma tarde por semana para convívio com os seus alunos. ~~Sei~~ <sup>de</sup> também ~~alguns~~ assistentes que chamam o aluno ~~para~~ <sup>a</sup> trabalhar e orientam esses trabalhos com dispêndio de algumas horas por semana.

Tudo isto é de louvar sobretudo se atendermos a que para tal se conseguir se exige na verdade o sacrifício de mais algumas horas, quando os seus horários estão já demasiadamente cheios com lições, outras actividades profissionais, estudos ~~do~~ <sup>do</sup> curso ~~essenciais~~, às vezes preparação de tese, que sei eu, um aglome-



13  
vida de cobras que pesam quase sempre sobre as mesmas pessoas.

A par destas iniciativas de carácter meramente acidental, começa também a esboçar-se um certo interesse pelo problema no sentido de o ver resolvido por meio de legislação apropriada. Com efeito, enquanto não se tornar obrigatória a colaboração entre professores e alunos no ensino superior, ela ficará, como até aqui, desejada por uns e outros, mas efectivada só por exceção.

A este propósito falou o Prof. Pires Cardoso, quando da abertura de Sapiencia proferida ~~nas férias~~ neste ano lectivo na abertura solene da Universidade Técnica. Preconizava o citado Professor novo tipo de aulas a que chamou de "convivência". Nestas aulas, que se realizariam uma vez por semana, não haveria exposição de matéria atinente ao curso, mas destinar-se-iam a uma aproximação directa entre os mestres e os alunos. O modo de se aproveitarem estas aulas ~~seria~~ variável com o critério dos diferentes professores ~~envolvendo sempre uma vez ou duas destinadas a uns assuntos~~ ~~escolhidos a sorte~~. Umas vezes, ventilar-se-iam assuntos da actualidade, outras seriam para tratar ~~de~~ <sup>de</sup> problemas referentes à futura profissão, outras ~~para~~ <sup>para</sup> apresentar ~~tem de~~ <sup>alguns</sup> problemas por parte questões culturais, científicas, ~~sociais~~, <sup>da natureza</sup> etc.. Como diz o Prof. Pires Cardoso, a função primordial destas aulas ~~seria~~ "dar ao aluno não o mestre que transmite a ciencia, na regência das suas cadeiras - porque si já o têm - mas o homem mais velho, mais culto e mais sensato que podesse aconselhar, através das aulas, destinadas <sup>ao convívio</sup> aclarar-lhe, esclarecer-lhe, encorajá-lo". Assim, ~~até~~ <sup>através</sup> destas aulas o aluno conseguiria, sem dúvida, colher da experiência e cultura do Mestre uma soma de conhecimentos do Universo e da Vida que não são de somenos importância na formação daqueles que vão ocupar posições de chefe na Sociedade.



*de convivência*

As ~~betas~~ aulas teriam ainda a vantagem de permitir ao professor que acompanhasse o evoluir do pensamento dos seus alunos pois que a Universidade não deve, por forma alguma, ser alheia, como dizia o citado <sup>cafeirático</sup> professor, ao facto real do estudante entrar para a Universidade rapaz e dela sair já homem. Com efeito, quando aluno do liceu, o apoio recebido dos professores, era sem dúvida grande mas quando da entrada na Universidade o aluno encontra-se bruscamente entregue a si próprio, muitas vezes até longe da família, e, nem sempre, se sente com força suficiente ~~para manter~~ para <sup>combinar</sup> manter uma vida moralmente digna, tão pouco ~~sabe~~ <sup>consegue</sup> ~~arranjar~~ arranjar harmoniosamente o estudo da sua especialidade com a preocupação pelos problemas culturais.

Quanto ao funcionamento deste tipo de aulas, preconizava o Prof. Pires Cardoso que elas deveriam ser obrigatórias, se bem que num estádio mais utilitário, quando se tivesse adquirido já a consciência da sua utilidade e necessidade se lhes reconhecesse o carácter facultativo.

~~Pela nossa parte, inclinamo-nos também pela obrigatoriedade~~  
~~de convivência nestas aulas, como consequência lógica das vantagens que lhes assinalámos, mas não estenderíamos à obrigatoriedade~~  
~~a todas as cadeiras mas sómente aquelas que o aluno por sua livre iniciativa escolhesse. O aluno era obrigado a assistir à aula de convivência de um dos professores do seu ano mas entre estes podia~~  
~~res escolher. F~~ certo que não conseguíramos manter contacto com todos os professores, mas por outro lado não redundaria para o aluno num acréscimo de trabalho muito grande, porque uma hora mais por semana é facilmente compatível com qualquer programa. E, o que se nos afigura mais importante, é que pela distribuição que se



Por nossa parte distinguimos dois tipos de aulas de convivência, conforme se trate de anos mais ou menos adiantados do curso. É necessário que se estabeleça tal distinção, porque as aulas têm que se orientar segundo as necessidades dos alunos diferentes num e noutro caso.

Nos primeiros anos, pretende-se sobretudo uma visão panorâmica das coisas e, simultaneamente, uma iniciação à vida intelectual. Logo as aulas de convivência, vindo ao encontro desta necessidade seriam aproveitadas para trocas de impressões sobre assuntos de interesse geral, questões de actualidade, problemas de projecção para o país, aspectos da cultura, etc., pretendendo despertar nos alunos o gosto pelo <sup>Quanto</sup> problema de estudo e criar hábito de observação e crítica. Quanto à frequência, julgamos que ela deveria tornar-se obrigatória, consequência lógica das vantagens que lhe assinalámos, simplesmente, não entenderíamos a obrigatoriedade a todas as aulas de convivência que viesssem a ser dadas num mesmo ano mas, <sup>Quanto</sup> a uma das que o aluno escolhesse entre as do seu ano.

Nos anos mais adiantados do curso, a orientação dos alunos deve tomar uma feição mais pessoal. Cada aluno ~~mais~~ tendências diferentes e o professor, acompanhando a evolução das mesmas e de acordo com elas, deve encaminhar o aluno para um determinado campo de especialização. Com os conhecimentos adquiridos no curso geral, o aluno já está em condições de realizar trabalhos pessoais e assim a orientação do professor tem que ser adaptada a cada caso concreto. As condições naturais vêm ao encontro desta exigência, porquanto o número de alunos bastante reduzido que frequenta os últimos anos favorece o convívio entre professores e alunos. Quanto à obrigatoriedade de frequência a estas aulas julgamo-la desnecessária porque os alunos serão os primeiros a reconhecer a sua importância.



~~iria operar pelos diferentes professores conseguir-se ia diminuir o número dos que participassem nas aulas de convivência o que sem dúvida viria aumentar a sua eficiência.~~

Também no que se refere ao simples convívio através das aulas teóricas, parece-me que há alguma coisa a analisar.

As nossas aulas teóricas caracterizam-se por uma passividade notória. Quase sempre são aulas de pura exposição em que ~~e professeur~~ os alunos não participam, por forma alguma. Tem-se a idéia, a meu ver errada, que uma aula é trabalho do mestre e daí, que, por parte dos alunos, se vá para aula-para ouvir e, por parte do professor-para falar.

Acabada ~~a mesma~~ saiem, uns e outros, convencidos que cumpriram a sua missão em 1/24 do dia e, com que outros resultados? Será difícil dizer-lhe. O aluno, salvo raras exceções, não penda mais naquilo que se disse na aula; o professor não guarda também dos seus <sup>alunos</sup> nem uma dúvida, nem uma sugestão, nem um comentário e corre assim, como diria o Prof. Delfim Santos "o perigo de estagnação, se é a sua volta só encontra escolares que se satisfazem com o mínimo de trabalho possível".

Podemos exemplificar com números. Ver mapa nº 10

Tendo sido perguntado às diferentes escolas superiores através de inquéritos, em quantas cadeiras se formavam grupos de discussão nas próprias aulas, só em 3 Faculdades e apenas em 4 cadeiras tal se verificou. Ora isto demonstra suficientemente ~~que~~ a maneira passiva como se assiste às aulas, a menos que admitissemos a alternativa absurda de não ter nunca existido divergências de opinião entre um professor e os seus alunos que em algumas turmas ultrapassa a centena.



Mesmo o caso mais simples de interrogação ao professor ~~sobre~~  
professor sobre as matérias que expõem, não é muito frequente,  
 como mostram os inquéritos, havendo mesmo 3 Faculdades em que  
 tal nunca aconteceu; e, quando <sup>Sucede</sup> ~~sai~~, quase sempre reveste afor-  
 ma de consulta ao professor depois da aula.

Daqui a <sup>se</sup> ~~se~~  
Este é a apatia e desinteresse que têm por muitas das ~~mais~~  
as aulas teóricas, cremos que há alguma coisa a fazer, no sen-  
 tido de tornar o ensino mais ardente, mais vivo, como andante e  
 viva é a busca da Verdade.

Torna-se mister fazer criar aos alunos o hábito de tomarem  
 parte nas lições, fazerem seus os conhecimentos que ouvem expor,  
 através do exercício de faculdades de crítica, e, para isso, mui-  
 to era de desejar que os alunos, logo no inicio do ano estivessem  
 de posse de um programa a seguir e mais ainda de um livro-texto,  
 organizado pelo próprio professor, uma espécie de guia orientador  
 que o aluno <sup>poderia</sup> deveria consultar antes da aula teórica ~~de seguida~~, <sup>assim</sup>  
 a reflexão sobre o mesmo, teria possibilidade de acompanhar a ex-  
 posição que o professor fizesse, exposição essa que revestiria  
 sempre a forma de uma base para discussão.

Além disso, as aulas <sup>teóricas</sup> deveriam ter também uma função orientadora.  
 O professor <sup>indicaria</sup> bibliografia  
 e estimularia os  
 alunos na sua <sup>consultas</sup> ~~introdução~~, procurando <sup>por meio de</sup> desenvolver-lhes o sentido cri-  
 tico, através expositivamente dos elementos concretos de razonar  
 e formar suas proprias opiniões ~~adventosas~~. O professor  
 indicaria sempre qual a sua opinião fundamentando-a, mas deveria  
 inculcar nos alunos que essa era apenas uma fonte de informação;  
 eles teriam que procurar outras e formar uma opinião pessoal.  
 Com aulas deste tipo, o professor teria oportunidade para de-  
 senvolver nos seus alunos hábitos de critica e método de trabalho intelectual,  
 prutos estes que se não conseguem com auto-dictatismo.



*Falemos agora na orientação das aulas práticas*

Na generalidade dos casos, a aula prática é confiada a um assistente e nisto está certo. Um assistente é um estudioso, em geral com alguma preparação e que estará certamente em altura de coadjuvar o professor. Agora o que só por exceção se verificará é estar ele apto a dirigir uma aula. Poderá estar de posse dos conhecimentos considerados indispensáveis aos alunos, poderá mesmo ter qualidades pedagógicas para os ministrar, mas o que naturalmente não possuirá é aquele grau de maturidade de espírito, de método de trabalho, de largueza de vidas que só devem exigir a um professor. A função do assistente é ~~ser~~ servir de auxiliar, de cooperador, nunca de seu substituto.

O assistente é, digamos uma via que torna possível um contacto mais frequente, ainda que indireto, do professor com os alunos e portanto é a ele que compete trabalhar mais directamente com o professor, recebendo orientações, canalizando ideias que fará chegar por sua vez àquele grupo de alunos que lhe foi confiado. Daí que o assistente seja um estudante, num grau mais avançado de estudos, embora, mas um estudante. Inverter ~~posições~~ <sup>sempr<sup>o</sup> ~~funkções~~ será ~~meio arriscado a perder o equilíbrio.~~</sup>

No entanto, não é raro encontrar-se nas diferentes escolas que aulas práticas estejam completamente confiadas a assistentes e que estes mantenham <sup>contacto</sup> com o professor da Cadeira ~~licenciado~~ apenas na altura de dar notas.

Com isto perdem os alunos e perde o próprio assistente que, se é consciente e honesto, sente sobre si o peso de uma orientação a dar e que tem <sup>de</sup> procurar sózinho, quando, como diria Chavigny, ele não é explorador de terras virgens, tem o direito de contar com a experiência do professor. Fazeste a responsabi-



lidade de um curso.

E, mais! Com a orientação que tomam hoje as aulas teóricas e práticas se tivessemos que decidir ~~de~~<sup>25</sup> quais eram mais importantes, sem dúvida que nos inclinariamos para as segundas, já porque exigem maior esforço do aluno obrigado a prestar, de quando em vez a sua colaboração, já porque o número menor de alunos que nelas tomam parte permite tirar maior rendimento.

Ora se assim é, e não<sup>de momento</sup> podendo caminhar para alterações tão profundas que viessem modificar ~~a~~<sup>toda a</sup> estrutura das aulas teóricas, ~~há~~<sup>pelomenos</sup>, que asseguret, através das aulas práticas, a convívio entre professores e alunos.

Queremos significar ~~que~~ o professor da cadeira deve rá manter ~~em~~<sup>frequente</sup> contacto com os seus assistentes orientando-lhes trabalhos, estimulando-os, sendo para eles aquele conselheiro experiente que sabe apontar caminhos. O assistente procuraria, por sua vez, acompanhar mais de perto aqueles alunos que lhe fossem confiados e bem assim formá-los num espírito de verdadeiro trabalho intelectual. Isto, porém, ~~mo~~<sup>sem dispensar</sup> o professor de assistir às aulas práticas sobretudo aqueles trabalhos que exigissem ~~uma~~<sup>uma</sup> orientação mais cuidada.

E desta cadeia, professores, assistentes, alunos (pelo menos alguns alunos) conseguir-se-ia formar "escola," criar "corrente," - coisa ~~narrar~~<sup>que</sup> se desconhecida, em Portugal.

Ainda referindo-nos à colaboração entre professores e alunos como estilo próprio do ensino universitário guardámos prepositamente para o fim o trabalho em seminário. ~~constitue~~<sup>com efeito,</sup> esta forma de trabalho o tipo mais evoluído do espírito de colab-



boração.

### O que é um seminário?

Diz o Prof. Paiva Boléo: "O verdadeiro seminário é um viveiro de espíritos que animados por um professor competente e especializado que os oriente e estimule conseguem adquirir uma formação profissional notável e aptidão e método necessários para a prossecução de trabalhos de investigação pessoal."

E, porque lhe chamámos tipo mais evoluído de colaboração?

Sendo um seminário um grupo pequeno de 5 ou 6, necessariamente que o contacto entre professores e alunos terá que ser ~~grande~~  
~~de~~ <sup>pequeno</sup> e aqui beside a vantagem grande que estes pequenos grupos de estudo apresentam. Deste conviver de perto com o mestre, quele que por definição, é o eterno estudante, como disse algures o Prof. Delfim Santos, resultará certamente para o aluno um espirito de iniciativa e amor à Verdade e simultaneamente, um enriquecimento quanto a ~~conhecimento~~ <sup>conhecimento</sup> de método e orientação que não terá outra possibilidade de adquirir.

Os ~~estes~~ seminários poderão ter ainda projeção na própria vida nacional, pelo estudo que permitam realizar da problema <sup>com</sup> de interesse ~~para~~ nesse ~~momento~~ e, mais, poderão despertar nos alunos o gosto por esses problemas.

O trabalho em seminário é também a solução óptima para se conseguir aproveitar vocações para a investigação.

Como o problema dos seminários se prende o da investigação. Discute-se muito se a Universidade deve guardar lugar para a investigação e ~~é~~ mesmo no caso desejamos mesmo abordar tal problema, neste trabalho; contudo, ~~porque~~ <sup>dada a impossibilidade de o fazer aqui</sup> o tempo é um bocado escasso, ~~luz~~ <sup>assunto</sup> e ~~co~~ <sup>no</sup> maior outro lado, existe uma colectivização especial sobre o assunto, não nos podemos deter sobre este aspecto. Referiremos apenas



Fachemos a parte a conclusão a que tal estudo nos conduziria, para falarmos depois  
tesis sobre o pôr  
gar de investigação  
cão na Universidade  
de para voltar  
do problema dos  
seminários. Disse  
mos que elas se  
destinavam à in  
vestigação; podí  
mos agora dis  
tinguir entre os  
seminários de in  
vestigação pura  
e os seminários  
de investigação  
aplicada — os  
primeiros, dando  
uma formação  
especial a aqueles  
que desejam aderir  
à especulação  
científica e esse  
gerando a actua  
lização científica  
na Universidade,  
— os segundos  
ocupando-se de  
problemas concre  
tos mantendo  
a contactada Uni  
versidade com  
a vida social.

Uns e outros  
têm lugar na  
Universidade, tanto  
quanto o exigem  
as duas categorias  
de futuros dipo  
mados  
— profissionais  
— investigadores

a investigação, num sentido lato, ou seja a aquisição de um  
saber novo, da procura de novos conhecimentos, não só tem lugar  
na Universidade, <sup>como</sup> constitue um dever indeclinável de todo aquele  
que escolheu uma vocação intelectual, <sup>porque</sup> a descoberta da verdade  
não pára nos anos da escola, tem <sup>de</sup> continuar mesmo para aquele que  
que vai desempenhar uma profissão, ~~no qual a missão do dirigente~~  
~~é incompatible com todo o estagnatismo.~~ Quando tomamos a investi  
gação num sentido restrito de fazer ciência, então é que já não <sup>2</sup>  
poderemos torná-la obrigatória para todos os universitários, por  
que nem todos serão investigadores criadores de ciência; todavia,  
nos docentes serão investigadores, mas alguma o serão, e a Uni  
versidade, <sup>porque</sup> orientadora tem que exactamente aprovei  
tar estas vocações. ~~Para esta etapa os académicos se destinam~~

~~que é essa a função da Universidade~~  
~~Nos seminários especializados que, reunindo~~  
~~enquadram os interesses e tempo a formação específica,~~  
~~adequada à sua vocação de investigadores científicos.~~

~~que é essa a função da Universidade~~  
~~Nos seminários especializados que, reunindo~~  
~~enquadram os interesses e tempo a formação específica,~~  
~~adequada à sua vocação de investigadores científicos.~~

Queremos Muitas vezes <sup>só ouvir</sup> que raras são aqueles que, acaba  
dos os anos de escola ainda continuam estudando e progredindo  
no caminho do saber, mas a verdade é que, por parte da Escola,  
nunca lhes foi suscitada a atenção para um ou outro problema par  
ticular, e daí que ao sair da Universidade não tenham perdido a  
iniciativa do estudo - a verdade é que nunca a tinham tomado.

Tenho para mim que quando alguma vez se estudou por amor, há-de  
continuar-se a fazer do estudo um centro de interesses. O que im  
porta pois é que a escola lance a semente ...

~~O seminário deve ser o centro de interesses~~  
~~Destacar-se deve ser o seu objectivo~~  
O seminário deverá  
ter um carácter puramente facultativo, destinar-se apenas aque



les que mostram melhores qualidades e parece-lhe que apresentaria vantagens, sobretudo com alunos a partir do 3º ano. Compreende-se porquê. No trabalho em seminário exige-se já um pouco mais que simples capacidade para o estudo; importa que algo se produza que algo frutifique e isto só se pode afigurar possível com alunos já em anos adiantados da Universidade.

## 2. Organização material do ensino

Sob esta designação englobamos um conjunto de pormenores que, não sendo princípios de orientação do ensino, têm que ser estudados e cuidadosamente resolvidos, porque têm que estar presentes em qualquer reforma universitária.

Vários aspectos haveria a tratar, mas referiremos sómente alguns que se nos afiguram com maior generalidade em relação aos diferentes tipos de Faculdades. Entre eles destacaremos:

- o funcionamento das bibliotecas
- a possibilidade ~~de~~ de estudo dentro da escola
- os horários

Fundação Cuidar o Futuro

### Funcionamento das bibliotecas

É uma realidade que cada vez mais se nos patenteia que é impossível ao estudioso dos nossos dias abranger todos os ramos de uma mesma ciência. Se o homem do século XVI podia alimentar a esperança de um conhecimento exhaustivo de todas as ciências, o estudioso dos nossos dias procura um dos ramos da ciência e dentro dele um aspecto a focar. Nem de outro modo poderia acontecer, tão complicado se torna o esquema dos conhecimentos humanos. Por outro lado, e, apesar desta necessidade de especialização cada vez maior, frequentes vezes o especialista terá que recorrer a fontes de outros ramos que não o dele para melhor estruturar os seus conhecimentos.

O universitário que por definição é um estudioso no início da sua carreira não tem normalmente resolvido o problema da especialização: preocupa-o sobretudo uma visão geral e dafí que para ele seja mais presente ainda a necessidade de dispor de vag



to campo para base de escolha de ulterior especialização.

Surge, deste modo, a necessidade de que cada Escola Superior possua a sua Biblioteca provida de todas as obras fundamentais ao seu ramo; só assim se pode reservar às bibliotecas particulares o privilégio de se especializarem. Formar-se-ia, como que uma pirâmide ~~em cuja~~ <sup>estariam</sup> base ~~enquanto~~ <sup>estiverem</sup> as bibliotecas individuais altamente especializadas, integradas na biblioteca mais geral de cada uma das Escolas; estas, por sua vez integradas numa biblioteca-síntese, comum a todas as Faculdades.

Referiremos seguidamente algumas informações fornecidas pelos inquéritos às Delegações de Faculdade sobre importância e funcionamento das respectivas bibliotecas.

#### *Escolas*

Exceptuando as Faculdades de Belas-Artes de Lisboa e do Porto e Farmácia de Lisboa todas as outras ~~escolas~~ <sup>Faculdades</sup> dispõem de bibliotecas próprias. Vejamos se alguma coisa poderemos concluir, quanto à sua importância.

Um primeiro índice será o número de volumes existentes: contudo ele servirá quando muito para pôr à margem as bibliotecas demasiadamente pequenas. Não é este o caso das bibliotecas das nossas Faculdades. Exceptuando as Faculdades de Farmácia de Coimbra e Porto cada uma com 4000 volumes, todas <sup>23 out'85</sup> têm para cima de 7000. São de destacar, pelo número de volumes a Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa com 51.900, a das Faculdades de Letras, Direito e Ciências de Coimbra com 81.220 110.000 e III 240 volumes respectivamente e a Biblioteca da Faculdade de Ciências do Porto com mais de 65.000 volumes.

Este critério por si nada nos diz; torna-se indispensável saber do valor das obras, da sua actualização, de como se acham distribuídos pelos diferentes ramos do curso, etc., etc..

Um único dado, com algum interesse possuímos — o número de volumes entrados em 1951, e por cálculo das percentagens destes em relação ao número total dos existentes ficaremos com um índice a que poderemos chamar de constituição, indicador do ritmo a que se está formando a biblioteca. Não lhe poderemos chamar coeficiente





de actualização, porque teríamos de entrar com elementos que não possuímos nesta altura.

Vejamos agora alguma coisa no que se refere a revistas. É evidente que uma biblioteca que não disponha das principais revistas da sua especialidade apresenta uma lacuna difícil de superar. As revistas permitem uma maior actualização do que os livros, fomentam o juízo crítico pela possibilidade de acompanhar a controvérsia levantada ao redor dos seus artigos, são normalmente uma boa fonte de indicações bibliográficas. A todas estas vantagens acresce a dificuldade que a maioria dos universitários terá emquirir revistas e quanto menos as conhecer menos disposto estará em dí-las reservar uma parte dos seus rendimentos para a aquisição das mesmas. Depois, mesmo que assim não acontecesse, dentro do princípio da especialização das bibliotecas que atés emencionamos, não será conveniente esta última solução.

Poderemos referir alguns dados colhidos no inquérito citado. Ver quadro nº 1. Uma referência há a fazer sobre os números apresentados, alguns relativamente elevados e que causariam estranheza aquelas que conhecem de perto a biblioteca da sua escola. Tais números foram a resposta a uma pergunta bastante genérica: "número de revistas e publicações periódicas que se recebem normalmente na Biblioteca da Escola e Bibliotecas anexas" e nada impedia que nas respostas se incluissem Boletins das Casas de Povo, Relatórios dos Crémios e quaisquer outras publicações de interesse, sem dúvida, mas não como revistas científicas...

Todos estes dados que temos vindo a analisar são tendentes à avaliação da importância das bibliotecas de Faculdade; poderemos agora conjugá-los com a utilização que delas se faz. Recorramos uma vez mais aos citado inquérito. Ver quadro nº 2.

Por último uma referência ao critério que preside à aquisição de livros e revistas. Podem dar-se três casos:

- requisição dos professores ou sua consulta
- pedido dos alunos
- decisão do bibliotecário em consulta a professores ou alunos e, ainda um critério misto.

Entre nós e referindo-nos às Faculdades de Lisboa e Coimbra, pois que do Porto não nos chegaram tais dados não se pode encontrar uniformidade de critérios. Há escolas como o Técnico e Económicas em que só os professores escolhem os livros; outras, como Ciências de Lisboa e Direito e Medicina de Coimbra em que professores, alunos e bibliotecário decidem da escolha das obras; em Ciências em Coimbra alunos e bibliotecário, mas não o professor decidem da aquisição da aquisição de livros.

Ponderando as vantagens e os inconvenientes de cada um destes sistemas parece-nos de admitir um critério misto em que professores e alunos poderiam apresentar propostas de compra de livros ou revistas, sujeitas depois à aprovação da Escola representada por um comité de professores especialmente encarregado de seleccionar as propostas e decidir da compra.

#### Possibilidade material de estudo dentro da escola

O problema põe-se para todas as escolas. Em todas surge a necessidade de se aproveitarem os "furos" ocasionais ou sistemáticos que o horário apresenta. Em todas há alunos que em casa não podem encontrar ambiente necessário ao estudo e daf que o tenham que procurar fora. Seria <sup>mais</sup> lógico que a escola fosse a primeira a responder a esta exigência. O universitário, muitas vezes sem possibilidade de estudo no meio em que vive (pense-se, por exemplo, nos inúmeros casos de estudantes longe da família, habitando em compartimentos reduzidos e de que não os únicos a servir-se) procura por si local para estudar e quase sempre se decide pelo "café", porque, em boa verdade, não encontra melhor. Recorde-se que um universitário de Lisboa me dizia a este propósito. Em certo "café" da capital, a partir da meia-noite, faz-se maior silêncio entre os presentes que enchem a sala do que em uma das nossas bibliotecas de Faculdade.

Entretanto, continua a criticar-se o estudo de "café" que não cria hábitos de trabalho, continua a escrever-se sobre a influência que o ambiente tem em quem estuda, continua a desejar-se que o universitário procure já rodear-se de hábitos que venham a desenvolver-se para assegurarem uma vida intelectual intensa.

Os inquéritos às Delegações de Escola mostram as deficiências neste aspecto.



Em Lisboa, só em três Faculdades havia salas especialmente destinadas ao estudo; em uma delas não havia ambiente de estudo e nas outras duas raras vezes exigia-se. Em Coimbra também em três Faculdades existem salas para estudo; nestas com ambiente de estudo. No Porto também apenas em três Faculdades há salas de estudo. Nas restantes II escolas não há salas de estudo. Ora, como entre as Faculdades que as possuem em três não há ambiente, corrigindo os resultados teremos uma proporção de 14 para 6.

Pode acrescentar-se que há ainda a Biblioteca Geral da Escola. Repare-se, porém que ela não pode desempenhar cabalmente as funções de sala de estudos; há sempre o vai e vem dos que requisitam ou entregam livros, não se pode também permitir o estudo em conjunto, etc..

Concordamos em que para certas escolas o problema não apresenta soluções fáceis; contudo que se estude o assunto que se escolha a melhor das soluções e que se a ponha em prática de molde a evitar que os universitários sejam obrigados a optar por susseguências demasiadamente imperfeitas - o generalizado estudo de "café".

Fundação Cuidar o Futuro

#### Horários

Tem-se discutido se um horário deve ou não ser compacto. Na prática verifica-se um e outro caso.

Há o sistema de ocupar o aluno durante quase todo o dia com o pretexto de o manter ligado à escola e evitar que ele seja acorrentado pelo meio, forte em solicitações para uma vida de agitação, nada favorável ao trabalho do espírito.

Há também o extremo oposto de ocupar o estudante com um número restrito de horas de aulas com o pretexto de lhe ~~xxxxxxxxxx~~ dar possibilidade de se dedicar ao trabalho pessoal.

Como todas as soluções extremistas, enferma-se num e outro caso de alguns vícios. Com efeito, um horário demasiadamente preenchido que obrigue o aluno a permanecer na escola 6 ou 7 horas que possibilidade lhe dá de cuidar da sua prepa-



contocorda, que reservar para si o tempo da sua preparação pessoal? E, como arranjar tempo para se dedicar àquelas matérias que não são da especialidade que escolheu, mas que são indispensáveis ao desenvolvimento harmonioso dos seus conhecimentos? E, como arranjar tempo para o convívio com a família e para o contacto com a Vida?

Que se deve evitar a influência prejudicial que o meio exerce no estudante é certo, mas não ~~que~~ <sup>julgamos ser aquela</sup> seja a solução óptima, porquanto não pretendemos que da Universidade saiem homens de claustro ou gabinete, mas quem vá ao encontro dos problemas, sendo ao mesmo tempo portador de uma vacina imunizadora.

Quanto à segunda hipótese (ocupar o estudante na escola apenas um número reduzido de horas) também se perfaz figura com desvantagens, poquanto não permite que se estabeleçam relações de convívio entre os alunos - o pouquíssimo tempo que passam na escola mal permite que cheguem a conhecerem-se. ~~Ver este sistema~~  
~~mesmo em questão de um maior rendimento no trabalho pessoal~~  
~~apresentaria vantagens~~ para aqueles alunos que possuissem já uma mentalidade universitária, uma capacidade de discernimento e amor ao estudo o que não se verifica por ora na Universidade.  
Ver quadro n.

É de factopossível um ajustamento, conseguir um número médio de horas que não pode pôr de lado as outras exigências do universitário, como membro integrado na comunidade social. É evidente que não se poderá determinar um número de horas por semana que sirva de tipo a todas as Faculdades; ele depende certamente da natureza dos cursos, do ensino ser mais ou menos exigente de aulas práticas, mas o que nunca poderá ser esquecido é que como diria Ortega y Gasset, o programa tem de fazer-se de acordo com um dado objectivo - é aluno.



Uma vez determinado o número de horas que cabe a cada semana, importa que se faça uma distribuição inteligente dessas horas, que se ~~fixem~~ aproveitem aquelas horas que poderão dar maior rendimento, que haja na elaboração dos horários o cuidado de atender às regras de uma metodologia do trabalho intelectual.

Dai que a elaboração de um horário, com todos os condicionamentos externos que os rodeiam, exija o estudo de pessoa competente nesses assuntos.



Fundação Cuidar o Futuro

### 3 A metedelegia de trabalho intelectual

Entre as funções que, de acordo com as conclusões do XIX Congresso de Pax Romana, considerámos específicas da Universidade refírmamo a formação de uma mentalidade científica, um sentido crítico e hábitos de trabalho e método que a ciência exige.

Também o Santo Padre Pio XII em certa ocasião afirmou que ao sair da Universidade e universitário tem que possuir um método de trabalho que lhe permita saber as coisas por si mesmo continuar sem se limitar à ciência feita.

Saber por si mesmo, continuar aprendendo...

Tedes os anos terminam e Curve algumas centenas de universitários.

Que pensa cada um deles desta exigência da sua vocação intelectual - saber por si mesmo!, continuar a aprender, continuar ascendendo no caminho de saber, continuar aprendendo, aperfeiçoando e edificando ali erguido nos anos da Universidade e que não terá nunca abobada?

E, admitindo que a Universidade lançou a semente que a Universidade deu a noção exata da vocação a cumprir admitindo que a Universidade lançou a inquietação pelo saber, estaria licenciado em condições de "saber por si mesmo sem se limitar à ciência feita".

Algumas condições se me afiguram indispensáveis para que o universitário, terminados os seus anos de Universidade possa continuar aprendendo por si mesmo e se não confine a práticas retíneias.

Pende de lado as que uma reforma universitária não teria potencial para resolver, referiremos sómente aquelas que saem no âmbito da Universidade. Resumem-se afinal na necessidade de fazer erigir no universitário um conjunto de hábitos de trabalho intelectual, de que fazem adquirir uma técnica de trabalho intelectual e de



36

lhe fornecer ao mesmo tempo as fentes de informação referentes a cada assunto da especialidade.

### Hábitos de trabalho intelectual

É sabido que, quando uma ação se transforma em hábito, ela passa a fazer-se com menor esforço e maior rendimento. Em particular ao intelectual, que constantemente tem que sacrificar a superfície ao essencial, envirá que ele desde logo sistematize a sua vida, criando hábitos.

E que hábitos deverá procurar o intelectual?

Impõe-se em primeiro lugar que se estabeleça um plane. O universitário que sabe se habitua a traçar um programa e a cumpri-lo pode aproveitar o tempo melhor porque, quando decide de uma solicitação de momento, age em referência ao plane traçado; pelo contrário, aquele que tudo decide na altura arrisca-se a um juiz menos perfeito, porque as decisões a curto prazo são muito mais influenciadas pelos entusiasmos, reacções primárias.

Depois, um programa exige reflexão por parte de quem o traça e, desta reflexão que dita a escolha resulta um enriquecimento, porque se tornou necessário avaliar os recursos, conhecer-se a si próprio.

Reserve uma afirmação de Jean Guitton "interessa por vezes muito mais um exame sobre si mesmo, sobre as suas possibilidades, sobre os exites e fracassos de dia de que a soma das aulas aquela durante o dia se assistiu. O convite não é novo; vem de Platão "conhece-te a ti mesmo".

Além da objectividade nas decisões a tomar, disciplina da vontade, qualidades que um programa ajuda a desenvolver, há que ressaltar ainda duas consequências importantes: a simplicidade de vida, e conhecimento de si mesmo.

Simplicidade de vida traduz uma necessidade imperiosa para aquilo que no dizer do Padre Sertillanges é "um consagrado". A simplici-



dade de vida é um pressuposto de despreendimento de si mesmo, da des-  
cão que a vida intelectual exige e que não é de forma alguma compa-  
tível com a multiplicidade das pequenas nadadas.

A simplicidade de vida tem que estar na base de toda a voca-  
ção intelectual.

Conhecimento desse próprio, porque o intelectual tem que reali-  
zar um trabalho vincentemente pessoal; lege exige-se que conheça e  
mais possivel as ressursas de que dispõe, os talentos que recebeu.

De conhecimento de si próprio o universitário receberá uma  
experiência que tem obrigações de fazer render.

Dum fracasso quanto de não aprende! ( se a causa estava <sup>em</sup> nas suas  
nessas mães remediar numa ocasião próxima contaremos com ela e, se  
nada dependeu de nós leuvemos a Deus porque Ele experimenta o Homem  
na tribulação).

E ainda da reflexão sobre si mesmo que o intelectual aprende é  
um método que ninguém lhe poderá ensinar. Aprende a ver quais os  
momentos de maior lucidez de espírito, de maior rendimento no tra-  
balho, aprende a distinguir as horas mais propícias ao trabalho in-  
tense e as que poderão aproveitar-se para trabalhos subsidiários e  
para os lazeres. Há os que preferem estudar de manhã muitas vezes por  
que nessas primeiras horas depois de repouso de noite estão mais  
aptos para o trabalho intenso; há os que, pelo contrário, tiram van-  
tagens em estudar à noite. Há os que só conseguem fixar a atenção durante  
pequeno tempo; outros, pelo contrário, dão maior rendimento quando se  
dispõem a longos períodos de trabalho.

E, porque neste domínio não há regras absolutas, o que importa  
é que cada um se estude a si mesmo e depois estruture o resto do dia  
em função destas horas de maior rendimento.

Um outro hábito que importa adquirir é adquirir o hábito de



pensar. Parece absurdo referir que pensar é um dever para o estudante, conduzindo, para quem conhece de perto o ambiente da Faculdade, não é difícil dar conta de quantas opiniões sem fundamento, de quanta superficialidade nos assuntos, de quanta preguica mental em formar juizes próprios indecisos seguros de que se não pensa.

Há que pensar e alimentar o pensamento durante o dia e depois, quando possível, tomar notas das impressões que ficaram. ~~nestas que talvez~~  
~~notas não tenham outra finalidade que não seja passarem no dia se-~~  
~~guinte para as coisas que não preparam isto deles que o registe das~~  
~~notas não ocupem demasiado tempo (assim contrágua seria desproveitado)~~  
 O simples fato de se escrever obriga a uma ordenação de ideias e este esforço de expressão é já por si produtivo:

Prendendo-se com o hábito de pensar, vem o de ajuizar.

Uma das qualidades que indicamos como indispensável <sup>ao intelecto</sup> foi o ~~sentido~~ <sup>sentido</sup> de crítica! Ora o <sup>sentido</sup> critico se em alguns casos pode ser considerado como de natureza para a maioria dos homens é uma qualidade que se adquire.

Alguns autores e entre eles Jean Guitten aconselham para desenvolver esta faculdade resumir em notas escritas um livre uma conferência ou uma observação e juntar-lhes <sup>seu</sup> a opinião pessoal. Assim, acrescenta, se tem lugar para emitir uma opinião com a vantagem de que ninguém nos escuta. Outros autores recomendam, como prática útil para desenvolver o espírito crítico, que após a leitura de uma obra se não deixe passar a oportunidade de tecer impressões sobre ela com alguém que se interesse pelos mesmos assuntos e que se disponham as coisas para que os outros por sua vez nos deem também as suas impressões.

~~Se a faculdade de criticar é uma qualidade que se pode adquirir pelo hábito ela é objecto de esforço pessoal para chegar à perfeição (relativa e evidente)~~



Quanto aos hábitos de trabalho de universitários deis dades nos pede fornecer o 2º inquerito geral, no qual refere a fragilidade e ao recontro das lices.

Das 1879 alunes que responderam, só 937, costumavam traçar programa no inicio de ano; antes da época de exames eram 1539 os universitários que traçavam programa. Uma primeira conclusão se tira: os universitários sentem necessidade de estabelecer planos naquela época em que, com a preparação de exames, o seu trabalho se encontra acrescido; pelo contrário, no inicio de ano apenas metade se preocupa em elaborar um plane. Repare-se que a pergunta nada esclarece quanto ao critério e rigor que preside à elaboração do plane, pertante arriscado será extrair outras conclusões.

Quanto ao hábito de recenstituir as lições, dos mesmos 1879, 514 recenstituem as lições cunhadas as cadeiras, 873 fazem-no apenas em algumas, 855 não recenstituem as lições. Este dado por ser é impossível relacionar-se com outros também não permite concluir grande coisa. Mada nos diz, por exemplo, que os universitários sejam levados a este procedimento pelo desinteresse pelas cadeiras.

#### Técnica de trabalho intelectual

Por mais pessoal que seja o método de trabalho, há um conjunto de princípios gerais comuns, cujo desconhecimento conduz a uma maior perda de esforços e inferioridade nos resultados.

Em qualquer profissão há o cuidado de enriquecer o aprendiz com uma técnica que lhe permita facilitar o trabalho. "Em todo o domínio alguma, como observa Kliemann, se coloca o aprendiz na situação de Robinson que na sua ilha deserta teve que experimentar laboriosamente, por si próprio, a utilidade de todas as coisas e descobrir o seu caminho, através de voltas e desvios. Sómente, o trabalhador intelectual é abandonado, a maior parte das vezes, à sua sorte, só ele tem de descobrir de novo aquilo que outros antes dele reconheceram, como prático."

À medida que a ciência avança, a memória vai-se tornando incapaz de fixar



40  
as informações necessárias a um determinado ramo de conhecimento. Se assim é, o universitário não pode ignorar processos de registo e conservação de notas, sob pena de desaproveitar o tempo de estudo. A memória, por que incapaz de reter tudo o que é necessário tem que socorrer-se de novos métodos e aqueles que os desconhecem estão certamente em condições desfavoráveis.

Um dos processos que quase todos os autores recomendam é o sistema de fichas para registo de livros, revistas, artigos, etc.. Nelas se regista o necessário para identificação do que for objecto de registo e de forma a permitir uma fácil consulta. Por exemplo, queremos tomar nota de um artigo de revista, escrever-se-á o nome do artigo, o autor e nome da revista, o seu ano e número, o lugar onde poderá ser encontrada e ainda se poderá acrescentar, o que se me afigura de grande utilidade, um pequeno resumo do artigo. A ficha é depois catalogada segundo uma classificação inicialmente estabelecida e intercalada no lugar respectivo. É na classificação que residem as vantagens e, simultaneamente, as dificuldades do sistema, porque da classificação depende uma procura fácil ou difícil e esta é a medida de eficiência dos métodos. É evidente que não se torna necessário uma classificação definitiva, só com o tempo ela se pode aperfeiçoar graças às dificuldades que surgem e aos casos que se não integram na classificação primeiramente proposta e assim a dificuldade de classificação é tenua e basta.

Quanto à forma de tirar apontamentos, também os autores recomendam o sistema de folhas soltas perfuradas que permitem um registo por assuntos. Em qualquer altura se podem completar os apontamentos tiradas com notas posteriores. Aconselham ainda que se reservem margens suficientes para se anotar resumos parciais o que facilita a leitura da revisão.

Muitos outros aspectos haveria a referir mas impossível é citar todos eles. Quisemos sómente mostrar que há vantagem em conhecer estas técnicas, que porque podem contribuir para maior rendimento do trabalho intelectual.

A completar uma nota tirada do segundo inquérito geral.

Perguntava-se aos universitários se haviam lido algum livro sobre o método



de estudo e trabalho intelectual e pedia-se-lhes que fosse indicado o nome da -

obra e o autor. Os resultados foram os seguintes dos 1879 alunos que responderam	1879
Número de estudantes universitários que responderam	1879
Número dos universitários que responderam afirmativamente	293
Número dos que mencionaram o nome da obra	175
Número de obras lidas (com repetição )	215
Número de obras lidas (sem repetição )	49

Só um número reduzido ( cerca de 15% ) consulta obras deste género. Mais, é tal o desconhecimento dos universitários neste aspecto que alguns dos livros indicados nada se referiam a método de estudo /e trabalho intelectual. Feita a correção necessária, 26 obras foram eliminadas, de 7 nada conseguimos apurar e apenas 16 estavam incluídas na categoria que se pretendia.

#### Conhecimento das fontes de informação

Mais do que o conhecimento exaustivo de todas as matérias do curso ( só por ironia <sup>graza</sup> se poderá falar assim) importa que o universitário ao sair da Universidade esteja apto em qualquer altura a preparar trabalhos, tentar novos rumos e isto não apenas para o que pretende dedicar-se à investigação científica, como também para o que deseja desempenhar uma profissão. O universitário deve pois estar familiarizado com as fontes de informação possíveis. Um instrumento de grande alcance encontra-se nos índices bibliográficos que muitas revistas publicam, acompanhados por vezes de apreciações de pessoas competentes. Torna-se possível assim uma actualização, com a cumulativa vantagem de tais indicações virem acompanhadas de críticas com bastante rigor<sup>sob</sup>. Os índices bibliográficos podem ainda prestar ajuda na formação de bibliotecas.

Referirímos também, dentro deste aspecto, a necessidade de conhecimento de bibliotecas quer públicas quer de organismos particulares, relacionadas com o respetivo ramo de conhecimento. Impossível, como é possuir toda a bibliografia necessária a certo estudo, imprescindível se torna saber onde ela pode ser consultada.



Fechemos este parentesis, sobre as condições indispensáveis para que o universitário possa realizar a sua vocação intelectual e passemos a analizar a tarefa que neste aspecto, cabe à Universidade.

Dois asserções não podem passar despercebidas:

Primeiro que a Universidade é a última forma organizada de ensino;

Segundo que os hábitos, o método, o conhecimento das fontes de informação são elementos de trabalho que só por exceção se poderão adquirir por auto-dictatismo.

E, como poderá a Universidade ministrar estes conhecimentos?

Jules Payot recomendava há já alguns anos que deveria existir, a par dos professores das diferentes cadeiras, um professor especializado em método a quem ele chamou um director de trabalhos. A este competiria acompanhar os alunos, através da sua vida de estudo, iniciando-os na maneira de estudar, orientando-os, estimulando-os.

Vejo nisto algo de utópico e de não tanta utilidade, como à primeira vista poderia supôr-se. Na primeiro lugar pela dificuldade que este director de trabalhos teria em chegar a todos os alunos, depois, porque seria impossível que ele fosse um bom director para cada aluno... para cada matéria.

Parece-me que deverá ser o aluno a procurar quem o oriente e não o contrário; pois, para que uma orientação seja proveitosa exige-se naturalmente uma afinidade de carácter e até uma afinidade de ~~experiência~~<sup>experiências</sup> simpatia natural que permitam um contacto frequente e proveitoso.

Parece-me que a melhor solução se enquadra numa das premissas do nosso trabalho — maior colaboração entre professores e alunos. Sem dúvida que os professores são aqueles que estão de posse das técnicas mais aperfeiçoadas em relação ao seu ramo de conhecimentos, eles os que têm hábitos de trabalho intelectual melhor estruturados, os que estão mais actualizados na sua especialidade, logo serão eles ~~os~~<sup>os</sup> mais aptos a informar sobre este aspecto que não é de menor importância para a função docente.

Mais proveitoso do que os ensinamentos que se podem colher em livros da espe-



43

cialidade é o conviver de perto com alguém que reflecte o ardor da Verdade, porque  
e por  
adém do conhecimento dos princípios d se recebe o estímulo para a sua concretiza-  
ção.



Fundação Cuidar o Futuro

#### IV- CONCLUSÕES

Ao chegar ao fim do esquema que nos foi dado desenvolver, queremos destacar três pontos que nos parecem fundamentais para que a Universidade desempenhe quanto ao ensino, a missão que lhe compete.

São eles:

##### PRIMEIRO

Que os exames de admissão se tornem obrigatórios para todos os que desejam frequentar o ensino superior quaisquer que sejam as classificações obtidas no ensino secundário e que as provas sejam por forma a permitir avaliar não sómente os conhecimentos dos candidatos, mas as suas qualidades intelectuais e morais que assegurem uma Vocation universitária.

##### SEGUNDO

Que os professores sejam obrigados a reservar uma hora por semana para aulas de convivência - obrigatórias para os alunos dos primeiros anos e facultativas para os alunos de anos mais avançados.

Fundação Cuidar o Futuro

##### TERCEIRO

Que se criem na Universidade "seminários" e "centros de estudo" para a investigação científica quer pura quer aplicada a problemas concretos, nomeadamente problemas da interesse nacional.

Terceiro (em alternativa)

Que as aulas teóricas e práticas se restruturem em bases, mais adaptadas às exigências do ensino superior; concretizando:

- que as aulas teóricas sejam, não sómente para exposição de matérias, como também para discussão delas mesmas.
- que as aulas práticas assegurem um contacto frequente e profundo entre professores, assistentes e alunos.